

Instituições assistenciais e profissionais na cidade de São Paulo no século XIX

Assistance institutions and professionals from the city of São Paulo in the 19th century

Eliane Mimesse Prado¹

RESUMO:

O grande número de crianças nas ruas da cidade chamava a atenção dos pedestres. A cidade de São Paulo no século XIX recebeu muitos novos habitantes, vindos das diversas regiões do mundo, de diferentes etnias, principalmente peninsulares. A pacata cidade transformou-se em metrópole, com a construção das fábricas passou a atrair a mão de obra ociosa do interior do estado. Muitas famílias não resistiam as longas viagens e, acabavam por adoecerem, de modo que seus filhos se tornavam órfãos. Vários orfanatos, asilos e institutos profissionais foram criados para acolherem essas crianças e jovens. Foi necessária a profissionalização desta mão de obra.

PALAVRAS-CHAVE: instituições profissionais e assistenciais; história da educação; infância imigrante.

¹ Doutora em Educação pela PUC-SP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Infância, adolescência e juventude da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5084-2255>. E-mail: mimesse.e@gmail.com.br.

ABSTRACT:

The large number of children wandering around the city captured the attention of the passers-by. The city of São Paulo took in many new inhabitants in the years of the 19th century. They came from various ethnic backgrounds, but mainly from the Italian Peninsula. The peaceful city became a metropolis and its factories attracted unemployed people from the state's countryside. Since many families caught diseases and did not withstand the long trips, their children became orphans. Many orphanages, day cares and vocational schools were created in order to take in these children and youngsters. The professionalization of this workforce was necessary.

KEY WORDS: professional and assistance institutions; education history; immigrant childhood.

Os órfãos e abandonados na cidade de São Paulo

A questão do abandono e da orfandade existiam na cidade paulistana por vários fatores, nem sempre relacionados a falta dos pais dessas crianças. Muitas delas foram encaminhadas aos orfanatos por períodos temporários, pela falta de um de seus pais. A sociedade aceitava com bons olhos, a mãe que deixava o filho muito pequeno, aos cuidados de um orfanato religioso para trabalhar e, assim poder sustentá-lo; ou um pai que não conseguisse cuidar de crianças pequenas e não tivesse filhas mais velhas que se responsabilizassem pelos mais novos. Claro que as doenças também abatiam os pais destas crianças, os acidentes dentro ou fora do trabalho e as mortes naturais. As crianças tornavam-se órfãs pelo infortúnio, era uma via de mão única, não tinham outras opções. Muitas das histórias que as crianças contavam a partir dos depoimentos colhidos pelos policiais, quando estes perguntavam às crianças que estavam nas ruas, o motivo de lá estarem, envolviam estas explicações. Ainda existiam relatos daqueles que haviam fugido, porque eram maltratados, não tinham a liberdade que queriam etc. Este é o contexto das crianças recolhidas nas ruas na cidade de São Paulo nos anos finais do século XIX.

A cidade recebeu um grande número de novos habitantes, o crescimento de sua população foi ampliado por várias vertentes diferentes: a chegada de imigrantes espontâneos de várias etnias, desembarcados no porto de Santos e direcionados para a capital do Estado em busca de melhores condições de vida; grupos de imigrantes, normalmente de uma mesma etnia, que estavam alocados nas fazendas de café no interior do Estado e, que não se adaptaram ao trabalho na lavoura mudaram-se para a capital, em busca de outra atividade remunerada nas novas fábricas que eram inauguradas; e ainda existiam alguns grupos de imigrantes que apenas passavam pela capital e eram direcionados ao interior do Estado – para as fazendas de café ou aos núcleos coloniais, porque assinavam contratos com o governo para tornarem-se colonos. Em tempo, as colônias para imigrantes no Estado de São Paulo existiram entre os anos de 1820 e 1933.

Todos os imigrantes que desembarcavam no porto de Santos deveriam seguir de trem pela estrada de ferro *São Paulo Railway Company*, popularmente conhecida como Inglesa – por ter sido construída por engenheiros ingleses, ou ainda, Santos-Jundiaí – por ligar as duas cidades, passando pela cidade de São Paulo. As pessoas eram desembarcadas na estação de trens existente ao lado da *Hospedaria dos Imigrantes* no bairro do Brás, local em que acompanhava o trajeto do rio Tamanduateí. A estação de trens foi criada para facilitar o acesso dos passageiros. Lá os imigrantes ficavam hospedados por quarenta dias para depois seguirem viagem para seus destinos, no interior do Estado, as fazendas de café ou os núcleos coloniais. Os indivíduos que não tinham destino certo poderiam permanecer alojados na própria hospedaria até encontrarem trabalho.

Antes destes novos moradores, a cidade de São Paulo era provincial, acanhada, sofreu um grande revés com a demasiada população que desembarcava cotidianamente em suas ruas. Como foi escrito por Cruz (2013, p. 46) “muitos dos mais de 750 mil imigrantes entrados no estado entre os anos de 1886 e 1899 estabeleceram-se na cidade”. As chácaras que existiam nas redondezas da área central foram, aos poucos, tornando-se loteamentos e assim urbanizaram-se, na necessidade de acolher a nova população da cidade. O sistema de bondes elétricos funcionava na cidade agilizando a movimentação da grande população.

Entre os anos de 1870 em que a cidade possuía 30 mil habitantes e os anos de 1907, quando abrigava uma população de 286 mil habitantes, seu crescimento populacional foi sem precedentes. As mudanças foram urbanas e econômicas, uma verdadeira explosão demográfica

acompanhada pelo crescimento industrial. Santos (2000, p. 210) pontuou que se multiplicaram os novos estabelecimentos. Mas, as condições de habitação não acompanharam o desenvolvimento econômico, “estimava-se que a terça parte das habitações existentes era composta de cortiços que, abrigando grande quantidade de pessoas por unidade, pode ter sido o tipo de moradia predominante na cidade”.

A precária situação das moradias e o aumento da população na capital possibilitaram a construção e o aluguel de novas habitações, o que gerou a exploração nos valores dos aluguéis dos quartos nos cortiços, conforme Fausto (1986). Ocorreu uma expansão momentânea nos imóveis populares localizados nos bairros centrais, nas baixadas e nas áreas alagadiças. As piores localizações geográficas tinham os terrenos de menor custo e, por consequência, as moradias com baixo valor no aluguel. Em alguns bairros as pessoas uniram-se quando eram procedentes de uma mesma região, toda essa situação populacional criou várias outras necessidades estruturais para a cidade, não só com as casas populares, mas com o transporte, a falta de empregos nas fábricas, para a mão de obra disponível e a necessária ampliação no número de vagas nas escolas públicas, para absorver o contingente de alunos.

Nesses anos, muitas fábricas foram criadas na cidade e iam, paulatinamente, absorvendo a mão de obra de homens, mulheres e crianças. Ainda, pode-se levar em consideração a superprodução da safra paulista de café, ocorrida entre os anos de 1906 e 1907, que contribuiu para o êxodo da população trabalhadora interiorana, pela inviabilidade na plantação de novos cafezais, ocasionando na dispensa de grande número de trabalhadores estrangeiros e nacionais, que neste momento estavam todos desempregados.

Conforme informação de Pereira (2010) entre os anos de 1900 e 1915, o número de cotonifícios, moinhos de farinha de trigo, fábricas de chapéus, calçados, marcenarias e cerâmicas também se expandiram na cidade paulistana.

Com tamanha movimentação populacional, a cidade necessariamente, tendeu a ser reurbanizada. O discurso da nova ordem espacial interferiu nos valores dos imóveis, elevando os preços dos terrenos situados na região central – local aonde estavam estabelecidos os operários. Muitas ruas deveriam ser desapropriadas e as ruas centrais que faziam parte do centro era o local em que a especulação imobiliária circulava. Entrou em vigor um novo *Código de Posturas Municipais* da capital no ano de 1886, pretendendo reurbanizar a cidade. Não seriam mais aceitas ruas tortas, os edifícios teriam de seguir medidas exatas para cada pavimento e, principalmente, as moradias dos operários - os quartos dos cortiços - deveriam seguir novas regras quanto a higiene e o espaço interno. Normalmente, muitas pessoas dormiam em um mesmo quarto, em um cortiço, esses quartos serviam como habitação para uma família, com cinco ou mais pessoas. Caso os adultos trabalhassem, estavam fora todo o dia, se as crianças fossem à escola ou trabalhassem, também não estavam na moradia. Os quartos, de certo modo, eram ocupados somente para dormir.

As escolas funcionavam das 8h às 13h, conforme *Regulamento da Instrução Pública* da Província de São Paulo de 1869, ou conforme o artigo 103 “se razões de conveniência pública exigirem a alteração, o inspetor geral a poderá autorizar”. As crianças brincavam e passeavam pelas ruas da cidade reurbanizada, o que parecia não ser agradável aos olhos da elite. Porque essas eram as crianças maltrapilhas, emporcalhadas, destoavam da beleza e da modernidade implantada na cidade.

Em pesquisas efetuadas nos periódicos *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo* na hemeroteca do Arquivo Público do Estado de São Paulo existem registros das reclamações das classes mais abastadas com relação ao excesso de meninos nas ruas. Essas queixas apontavam

para a preocupação com destino destas crianças e, também com o transtorno que causavam, fazendo algazarras, cometendo pequenos furtos, criando tumultos e correrias pelas vias. Na verdade, essas crianças estavam muitas vezes brincando pelas ruas com seus amigos. Mas, a algazarra foi motivo para criação de locais para confinamento de crianças e jovens, como proteção e punição.

Nesse mesmo sentido, as damas da sociedade promoviam doações e eventos beneficentes em prol das crianças e dos orfanatos da capital. Os bens e os valores eram doados para essas instituições e muitas vezes eram publicados nos periódicos diários em formato de listas. O nome completo do doador e o valor total doado eram indicados com clareza, enaltecendo o nome do doador da elite paulistana. Na verdade, esses benfeitores pretendiam manter o centro renovado da cidade limpo, higienizado, sem pedintes e maltrapilhos independente de suas idades.

Algumas crianças, filhos de imigrantes peninsulares, trabalhavam nas fábricas junto de seus pais, desde os 7 ou 8 anos. Biondi (2010) indicou em seu texto que ocorreu o mesmo no caso dos coletores de areia do rio Tietê, que tinham seus filhos como auxiliares no trabalho da extração de areia, que abasteceu a construção civil. Essas crianças certamente não frequentaram as escolas, porque as escolas noturnas foram legalmente criadas no ano de 1909, com a Lei n. 1.184, que criou cinquenta escolas, mas apenas 8 foram providas, pois apenas estas se adequaram às normas legais. As escolas noturnas deveriam ser criadas quando existisse um número de trinta alunos interessados na sua instalação, poderiam frequentá-las homens maiores de catorze anos e funcionariam das 18h30 às 21h, todas as noites.

Por outro lado, as crianças que tinham outros tipos de trabalho, que não ficavam em um único ambiente, estavam familiarizadas com o centro da cidade. Viviam, trabalhavam, brincavam, frequentavam a escola. As crianças e jovens que trabalhavam em jornadas diferenciadas exerciam as funções de engraxates, entregadores de mercadorias, auxiliares de carroceiros e de jornaleiros – essa última função deve ser mais explicada, porque era uma ocupação muito comum, principalmente para os meninos imigrantes italianos: jornaleiro era a função do vendedor ambulante do jornal impresso.

Essas crianças trabalhadoras poderiam frequentar as escolas, porque coexistiam várias modalidades de escolas primárias na cidade. Na tentativa de sanar a falta de vagas, alfabetizar e instruir o maior número possível de alunos. As escolas poderiam ser: primárias públicas, privadas elementares subsidiadas pelo governo italiano, primárias particulares laicas e confessionais. Predominavam na área central da cidade, aonde a maior parte da população vivia as primárias públicas, separadas por três tipos: masculinas, femininas ou mistas, além dos Grupos Escolares e das elementares subsidiadas pelo governo italiano. As subsidiadas italianas tinham a função de formar o cidadão italiano fora do Reino, recebiam subsídio em espécie do governo e materiais para seu trabalho, outros detalhes em Prado (2015). Segundo o *Regulamento da Instrução Publica* era vetada a matrícula “aos menores de cinco annos de idade”, dando margem para que os alunos com 5 anos em diante pudessem efetivar suas matrículas e assim frequentarem a escola por quanto tempo pudessem, ou até aprenderem o mínimo suficiente para o trabalho. O número de crianças imigrantes ou filhas de imigrantes, alunos de escolas de primeiras letras em núcleos coloniais que concluíam os anos de estudo com a idade correspondente era ínfimo, segundo pesquisa de Mimesse (2010).

Sendo assim, toda criança a partir dos 5 anos poderia frequentar a escola primária pública. Mas, não existia a obrigatoriedade da frequência escolar. A matrícula garantia que o aluno frequentaria em algum momento a escola. Mas, analisando a maioria dos dados

compilados nos mapas estatísticos da *Inspetoria do Ensino do Estado de São Paulo*, os números de alunos matriculados sempre eram maiores que o de alunos frequentes. A frequência não era obrigatória porque não existiam vagas para todos os alunos em idade escolar. As escolas subsidiadas italianas deveriam seguir as mesmas normas das escolas públicas, e colaboraram para sanar a defasagem do número de vagas das escolas públicas. Os dados existentes no *Annuario do Ensino* apresentaram o número de alunos matriculados nas escolas e instituições da cidade de São Paulo.

QUADRO 1: Alunos matriculados nas escolas e instituições na cidade de São Paulo

Escolas e institutos	Números	Alunos matriculados
Escolas Subvencionadas pelo Governo da Itália	77	6.537
Escolas Isoladas Públicas: femininas, masculinas e mistas	129 (43 masculinas, 52 femininas, 34 mistas)	4.332
Grupos Escolares do Governo do Estado de S. Paulo	17	7.111
Institutos profissionais e assistenciais	11	2.901
Total	234	20.881

Fonte: Annuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1910

Conforme os dados dos anos iniciais do século XX pode-se perceber que outras instituições também tenderam a se configurar, como as escolas para menores de 5 anos, indicada no quadro como “Institutos profissionais e assistenciais”. O *Annuario do Ensino* trouxe a Associação Feminina Beneficente e Instructiva, que foi fundada com sede na cidade de São Paulo em 17 de novembro de 1901, por Anália Emília Franco e outras vinte senhoras. Contava com 17 escolas maternas, um liceu feminino, uma escola noturna para operários, um asilo e creche para ambos os sexos – o ensino era gratuito, e passou a funcionar a partir do ano de 1902.

Mas, essa iniciativa ainda não foi suficiente para abrigar a maioria das crianças que estavam pelas ruas.

Instituições assistenciais e profissionais criadas na cidade no século XIX

Como muitas crianças vivam em livre circulação pelas ruas centrais da cidade, várias instituições foram criadas para abrigá-las, locais como asilos e orfanatos. As crianças muito pequenas eram as que tinham pouquíssimas chances de sobrevivência nas ruas. Essas instituições aceitavam os abandonados de várias idades ou os considerados delinquentes. Foram criados muitos asilos, orfanatos e escolas profissionais no século XIX na cidade paulistana. Alguns a partir de iniciativas privadas – com doações feitas por testamentos de um indivíduo, outros com doações de instituições religiosas e de vários benfeitores, eram principalmente voltados a cuidar dos órfãos desvalidos, com a preocupação maior de não deixar que as meninas abandonadas chegassem a viver como “mulheres da rua”, ensinando-lhes um ofício.

As instituições eram separadas em duas modalidades: assistenciais e profissionais. As assistenciais cuidavam das crianças dos 0 até completarem 7 anos e após essa idade as crianças

eram encaminhadas para outro local, normalmente profissional, para que aprendessem um ofício. Quando ocorreu a criação da *Roda dos Expostos* na *Santa Casa de Misericórdia* em 1825, as irmãs passaram a receber os bebês e a cuidar das crianças até completarem 7 anos. Após completarem 7 anos as meninas eram encaminhadas para o *Seminário de Educandas da Glória*; e os meninos para o *Seminário de Educandos de Sant'Anna* e, após seu fechamento para o *Instituto de Educandos Artífices* e quando este encerrou suas atividades, dirigiam-se para o *Lyceu de Artes e Ofícios*.

O *Lyceu de Artes e Ofícios* seguiu novos padrões e foi subsidiado pelos donos das fábricas, os institutos anteriores eram mantidos pelo governo do Estado. Este *Lyceu de Artes* pretendia formar jovens para o trabalho específico nas fábricas. O *Lyceu Coração de Jesus* sob a direção dos irmãos Salesianos, também visava a formação de meninos para o trabalho fabril. Esses dois institutos pretendiam formar a mão de obra técnica, especializada.

Santos (2011) descreveu a iniciativa do *Instituto Dona Anna Rosa* que atendeu meninos pobres e formou-os para o trabalho com recursos próprios. No ano de 1880 existiam alunos carpinteiros, alfaiates, funileiros, pintores, padeiros, pedreiros, formados por este instituto. E a escola *Dona Carolina Tamandaré* formava meninas carentes nas artes domésticas, com recursos da família e doações, funcionava também como pensionato.

Outras instituições foram criadas nesta época, vinculadas as ordens religiosas dos salesianos, dos vicentinos, dos scalabrinianos, da irmandade de misericórdia, da divina providência, das *soeurs du bon pasteur*. Existiram também as instituições privadas, como o Orphanato de Santa Anna e o Abrigo Santa Maria, fundadas por benfeitores proprietários de imóveis com renda para poderem abrigar e manter crianças abandonadas. Estas instituições, tanto religiosas como privadas, assistenciais ou profissionais, recebiam doações provenientes de festas, bailes, quermesses, leilões, além de doações em espécie efetuadas pelas pessoas mais influentes da sociedade. As damas da sociedade, colaboravam com doações para a criação de novas casas e orfanatos para meninas, para reduzir a promiscuidade feminina. As meninas aprendiam a costurar, cozinhar e tornarem-se boas donas de casa e mães. Nos educandários para meninos eram ensinados ofícios, quando conseguiam vagas para frequentá-los. Assim, poderiam ser ajudantes de sapateiros, marceneiros, ferreiros, alfaiates, barbeiros, padeiros, entre outras ocupações. O quadro abaixo indica o ano de criação de cada instituição, qual formação oferecia e qual era seu vínculo religioso, público ou privado.

QUADRO 2: Instituições na cidade de São Paulo (1825-1897)

Ano	Nome	Sexo	Formação	Origem
1825	Casa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia	Masculino Feminino	Assistencial	Irmandade de Misericórdia
1825/ 1868	Seminário de Educandos de Sant'Anna	Masculino	Profissional	Governo de S. Paulo
1825	Seminário de Educandas da Glória	Feminino	Profissional	Governo de S. Paulo
1869/ 1880	Instituto de Educandos Artífices	Masculino	Profissional	Governo de S. Paulo
1873	Lyceu de Artes e Ofícios	Masculino	Profissional	Governo de S. Paulo
1875	Instituto Dona Anna Rosa	Masculino	Profissional	Privado

1885	Lyceu Sagrado Coração de Jesus	Masculino	Profissional	Salesianos
1890	Instituição da Sagrada Família do Ypiranga	Feminino	Assistencial	Cúria Metropolitana
1892	Orphanato de Santa Anna	Feminino	Assistencial	Privado
1892	Colégio Dona Carolina Tamandaré	Feminino	Profissional	Privado
1892	Abrigo Santa Maria	Masculino Feminino	Assistencial	Privado
1894	Externato Casa Pia de São Vicente de Paula	Masculino	Assistencial	Vicentinos
1895	Orphanato Christovam Colombo	Masculino Feminino	Assistencial Profissional	Scalabrinianos
1896	Asylo de Orphãos Desamparados Nossa Senhora Auxiliadora do Ypiranga	Masculino	Assistencial Profissional	Salesianos
1896	Asylo Sampaio Vianna	Masculino Feminino	Assistencial	Irmandade de Misericórdia
1897	Asylo do Bom Pastor	Feminino	Assistencial	<i>Soeurs du Bon Pasteur</i>
1897	Casa da Divina Providência da Mooca	Feminino	Assistencial	Divina Providência

Fonte: São Paulo. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1910

Infelizmente, os meninos estavam sempre nas notícias policiais, porque eram presos por vagabundagem, ou por agredirem-se mutuamente, quando se envolviam em brincadeiras e, essas – que deveriam ser inocentes - tornavam-se brigas acirradas.

Os periódicos registravam as reclamações da classe mais abastada com relação ao excesso de meninos nas ruas, tinham preocupação com seu destino e, também com o transtorno que causavam, fazendo algazarras, cometendo pequenos furtos, criando tumultos e correrias pelas vias. Existiam locais para confinar as crianças e os jovens, como proteção e como punição. O poder público colaborava como podia com doações de terrenos, com isenção de impostos, com reduções nas cobranças de taxas, com realizações de loterias, não cobrando as transações imobiliárias.

Mas, era demasiado o número de perturbadores da ordem e, foram organizados locais de recolhimento, públicos e privados dos que eram considerados infratores. Os institutos de recolhimento privados de jovens eram ligados a ordens religiosas ou a empresários. O governo criou institutos disciplinares voltados para jovens que viviam nas ruas, que não estavam empregados ou que não estivessem matriculados em uma escola, portanto, para jovens mendigos.

Dependendo da infração, esses jovens poderiam ser julgados conforme os artigos do Decreto n. 847 de 1890, que indicava a responsabilidade etária por categorias: os de até 9 anos eram sempre irresponsáveis; os de 9 a 14 anos poderiam obrar - ou não, com discernimento; os de 14 a 17 anos, tinham o discernimento sempre presumido; e os de 17 a 21 anos requeriam penalidades atenuadas. Somente com a Lei n. 844 de 1902 foi criado o *Instituto Disciplinar* em um bairro mais afastado do centro. Este era um local específico para receber os jovens enviados pela justiça ou recolhidos pelos policiais nas ruas da cidade. A Lei também criou, na cidade

litorânea de Ubatuba uma colônia correcional na Ilha dos Porcos, que deveria acolher os menores de 21 anos que fossem considerados apenas ‘vadios’ ou ‘vagabundos’.

O orfanato católico assistencial e profissional no bairro do Ipiranga

Neste contexto da cidade, surgiu a ideia para a criação do orfanato assistencial e profissional, com a segunda viagem do padre Giuseppe Marchetti ao Brasil, um mês após voltar de sua primeira viagem. No final de novembro de 1894, o padre Marchetti estava a bordo de um navio rumo ao Brasil e, presenciou a morte de uma mãe e o desespero de um pai – que ameaçava jogar-se ao mar, em razão do falecimento da sua esposa, sem saber o que fazer com uma criança pequena nas mãos. Diante desta situação, o padre Marchetti, assumiu a responsabilidade perante o pai da criança, de cuidar da criança, quando desembarcassem. Quando o navio chegou ao Rio de Janeiro, o padre saiu do navio com a criança a procura do consulado italiano, pensando que ali encontrasse abrigo para o pequeno. Mas, ele não obteve ajuda, acabou por encontrar apoio em um orfanato religioso assistencial, local aonde deixou a criança órfã. Em seguida, retornou ao navio e continuou sua viagem à cidade de São Paulo, seu destino final.

O padre observou que era demasiada a quantidade de crianças sozinhas, sem os pais, porque faleciam durante a travessia do Atlântico ou após alguns dias do desembarque, por motivos os mais diversos. Muitas destas crianças imigrantes eram órfãs apenas de pai e, suas mães deveriam cuidar delas por serem muito pequenas e, mesmo tendo a mãe - eram considerados órfãos, porque o pai deveria prover o sustento da casa. Ainda existia uma grande resistência ao trabalho das mulheres fora de suas casas. Nas cartas enviadas ao seu superior, o padre explicava o que ocorria na cidade e, exaltava a ideia de criar um orfanato assistencial e profissional para os filhos dos imigrantes italianos, que vivam sozinhos na cidade em grande número.

Instalado na cidade de São Paulo, padre Marchetti buscou informações e procurou quem pudesse ajudá-lo a concretizar suas ideias, - a respeito da construção de um orfanato para abrigar os filhos dos imigrantes peninsulares residentes na cidade e no Estado de São Paulo, nas colônias do interior. Conversou com o bispo da diocese, com colegas de outras ordens, como o jesuíta André Bigioni referido por Signor (1986, p. 163). Recebeu uma negativa de Dona Veridiana Prado, filha do Barão de Iguape, próspero cafeicultor, porque esta senhora já havia sido “vítima de alguns aventureiros de batina” em outras oportunidades e, também porque não conhecia este padre, chegado do Rio de Janeiro a pouco tempo na cidade, como fez referência a informação do periódico *O Estado de São Paulo* no ano de 1896.

Padre Marchetti seguiu os conselhos de seu colega jesuíta Bigioni, procurou o Conde José Vicente de Azevedo. Este, por sua vez era jornalista, político e educador. Mas, também era - como descrito por Souza e Hilsdorf (2006, p. 58) “católico romanizado e membro de uma família pertencente às oligarquias cafeicultoras e empresariais da província, desenvolveu em várias direções o programa de reestabelecimento da supremacia da Igreja na sociedade brasileira que marcou os anos 1870-1930”.

O Conde participava normalmente de romarias, era devoto de santos populares, dirigia irmandades leigas, era fundador de capelas e obras pias. A preocupação do Conde era com os ex-escravos e seus descendentes, doava verbas para asilos e obras de caridade, à população que era negada pelas “atitudes republicanas que insistiam em ignorar e esquecer, prenunciando o

feroz, mas reprimido e disfarçado, racismo da sociedade brasileira”, como descrito por Souza e Hilsdorf (2006, p.68).

O Conde José Vicente de Azevedo pretendia construir na região do Ipiranga um liceu de artes e ofícios, inspirado no liceu profissional criado há poucos anos no bairro da Luz. Refiro-me ao *Lyceo de Artes e Offícios* de São Paulo criado pelo governo provincial na cidade no ano de 1873, escola profissional que recebia os meninos do Seminário de Educandos Artífices que estava encerrando suas atividades, porque seus educandos seriam todos transferidos aos poucos para o novo *Lyceo*. O conde também fez referências, nas suas memórias, às ‘Reais Officinas de São José’, idealizadas pelo padre Sebastião Leite de Vasconcelos, na cidade do Porto em Portugal, que funcionavam desde o ano de 1883, e podem tê-lo influenciado na fundação de uma instituição de artes e ofícios no bairro do Ipiranga. As *Reais Officinas* em Portugal eram destinadas a ensinar ofícios aos meninos carentes, e foram citadas no *Boletim de S. José* fundado e escrito pelo Conde Vicente de Azevedo, de acordo com Franceschini et al. (1996).

O liceu da colina do Ipiranga seria especialmente para meninos de baixa renda. O Conde Vicente de Azevedo era o benfeitor ideal a quem o Padre Marchetti deveria procurar ajuda, por ser católico praticante, caridoso e preocupado com as crianças abandonadas.

As terras do Conde Vicente de Azevedo eram amplas, adquiridas na região do Ipiranga, nas proximidades do museu. Em novembro de 1889 comprou dezesseis hectares de terrenos devolutos, para a construção do asilo das meninas órfãs e para o liceu de artes e ofícios. Dois meses depois comprou mais trinta hectares para obras pias de religião e instrução da infância desvalida, como descreveu Franceschini et al. (1996, p. 145). Vicente de Azevedo e sua esposa Cândida Bueno Lopes de Oliveira Azevedo, haviam doado um terreno e materiais para a construção de um “asylo de meninas Orphans e Desamparadas, com a proteção de Nossa Senhora Auxiliadora, no Ypiranga para os irmãos Salesianos”. A partir do mês de julho de 1889 as obras foram iniciadas, mas por problemas com os limites das propriedades do asilo e do museu, o início da construção do asilo foi postergado.

As obras para a construção do liceu de artes e ofícios no Ipiranga tiveram início em março de 1891, com a supervisão do irmão-coadjutor salesiano Dr. Domingos Delpiano. Mas, como indicaram Etchebéhère Júnior; Mazzali; Viegas (2007, p. 174) “o falecimento de Dom Luiz Lasagna, a 6 de novembro de 1895, determinou a paralização das obras, pois seu sucessor não manteve o acordo firmado anteriormente”. As obras do liceu estavam estagnadas há algumas semanas, mas neste íterim ocorre a chegada do padre Marchetti, solicitando uma doação, exatamente para construir um orfanato católico de caráter assistencial e profissional. O Conde Vicente de Azevedo e o padre Marchetti chegaram a um acordo, sendo que seus ideais eram os mesmos.

A reunião de padre Marchetti com o Conde Vicente de Azevedo foi providencial, o Conde poderia finalizar a construção do liceu com a intenção de ajudar os mais necessitados, o padre conseguiu um edifício para abrigar as crianças desamparadas, órfãs e abandonadas, elas teriam uma casa para morar com a ajuda do padre Marchetti e do Conde Vicente de Azevedo. Ainda no final do ano de 1895, os materiais foram entregues ao padre e foi dada continuidade a construção grandiosa do edifício, como havia sido planejado pelo Conde Azevedo, com a planta do edifício desenhada por Luigi Pucci, reconhecido por seus edifícios para a aristocracia paulista, ele havia ganhado a concorrência pública para a construção do Museu do Ipiranga. O nome original do orfanato, que seria liceu de artes e ofícios, foi alterado para a denominação escolhida pelo padre, para *Orphanato Cristovan Colombo*, como consta em São Paulo (1928, p. 2) em função da viagem dos imigrantes, que precisavam atravessar o oceano e percorrer

longínquas distâncias. Este nome substituiu o nome original de Lyceu de Artes e Ofícios São José, “com acquiecença dos doadores deu ao mencionado Instituto a denominação de Orphanato Christovão Colombo, sob a invocação e proteção de São José”.

E assim, ampliaram-se as solicitações para doações voltadas à construção do orfanato. Os pedidos de doações existiam desde que a ideia surgiu. Porque padre Marchetti tinha iniciado uma obra no terreno ao lado da capela que exercia o ministério sacerdotal, comprou milheiros de tijolos, contratou trabalhadores e começou a arrumar o local. Mas, como escreveu Franceschini et al. (1996) após uma semana recebeu a visita de um fiscal municipal, atestando que o terreno, pertencia a municipalidade. Sua obra não pode ir adiante, mas as arrecadações continuaram.

Em uma pequena nota do periódico *Correio Paulistano* de 1895, lê-se que a iniciativa de criação de um orfanato católico, prevendo a instrução e os ofícios aos órfãos, “estava sendo bem acolhida”. Em razão dos donativos e outras contribuições, em materiais para a construção e ornamentação dos edifícios, que as instituições recebiam. E, que este referido periódico, e outros que circulavam pela cidade publicavam mensalmente, as listas com nomes completos e valores doados, em espécie ou em materiais.

QUADRO 3: Doações para a construção do orfanato Christovam Colombo

Nome	Doação	Valor
Dr. José Vicente de Azevedo	Um terreno; 20.000 tijolos; Capella S. José	Não consta
D. Veridiana Prado	700 portas de madeiras diversas	2:000\$000
Companhia Mecânica	Parte de um sino	59\$000
Roberto Mateucci	Dois vagões de cal	Não consta
Companhia Impressora	Impressos grátis	Não consta
O Estado de S. Paulo	Publicações grátis	Não consta
Tribuna Italiana	Publicações grátis	Não consta
Companhia Agrícola Damon	Em espécie	3:100\$000
Fazenda Martinho Prado	Em espécie	1:127\$000
Fazenda Francisco Schmidt	Em espécie	1:868\$000
Fazenda Conde do Pinhal	Em espécie	1:100\$500
Fazenda Santa Veridiana	Em espécie	5:850\$000
Joaquim da Cunha Bueno	Em espécie	5:850\$000
Sr. Guimarães & genros	Em espécie	1:153\$000
Antonio Penteado	Em espécie	1:562\$000
Condessa de Brichanteau	Em espécie	100\$000
Comendador Duarte Rodrigues	Em espécie	100\$000
Um cidadão de Itatiba	Em espécie	5\$000
Natale Cristofani	Em espécie	50\$000
D. Gabriela de Andrade	Em espécie	100\$000
Uma anônima	Em espécie	100\$000
Viúva Emerenciana da Cunha	Em espécie	459\$000

Sr. Coronel Monteiro de Barros	Em espécie	1:257\$000
Sr. Major Serafim Leme	Em espécie	700\$000
Sr. Tenente Bicudo de Almeida	Em espécie	600\$000
Sr. Bastos & Irmãos	Em espécie	196\$000
Manoel Gonzaga de Souza Meirelles	Em espécie	296\$000
D. Francisca de Paiva Baracho	Em espécie	306\$000
Dr. Feliciano Rocha	Em espécie	303\$000

Fonte: O Estado de S. Paulo, secção livre, 1895

As listas de doações que foram publicadas nos periódicos eram diárias e infundáveis, as pessoas contribuíam como podiam para a construção do orfanato. No quadro acima pode-se identificar - pela ordem de importância: o proprietário do terreno; a senhora que havia negado ajuda meses antes por não conhecer o padre, que ainda não lhe entregou ajuda em espécie, mas em materiais; fábricas e gráficas que contribuíram com o próprio trabalho sem custo; fazendeiros do interior do Estado; condessa; comendador; alguns militares, membros da sociedade e outros anônimos.

Para ampliar as doações para a construção do orfanato, além das viagens que o padre fazia ao interior, existiam outros meios de colaborar com os donativos, com quermesses promovidas por clubes em nome do orfanato, bailes a fantasia, concertos vocais e instrumentais. Uma pequena nota foi publicada em junho de 1895, no *O Estado de S. Paulo* comunicando aos leitores sobre a arrecadação de fundos, para a construção do orfanato. “O diretor do orfanato, Padre Giuseppe Marchetti, a quem se deve a criação dessa casa de caridade, tenciona sahir hoje fazendo peditório em favor do orphanato pelas principaes ruas desta cidade”. Conforme essa nota, o periódico avisava aos leitores que o padre sairia pelas ruas, de casa em casa, pedindo doações para o orfanato, porque existiam os vigaristas e era necessário alertar a população.

O ideal maior era a salvação dos órfãos e a formação deles em operários e cidadãos. Como foi escrito por Bondi (2011, p.70) “O orfanato se propunha a preparar bons operários e bons cidadãos, os órfãos dos infelizes emigrantes que, no mar ou nas colônias, tivessem perdido a vida; e de acolher também crianças que, embora não fossem órfãs, eram deixadas à vadiagem”. Um programa assinado por padre Marchetti datado de 10 de março de 1895, foi publicado no *O Estado de São Paulo*. A pretensão original do padre era a de acolher somente órfãos, filhos de imigrantes peninsulares. Porém, com o grande número de crianças que necessitavam de abrigo, órfãos e abandonados de qualquer etnia foram aceitos.

O orfanato foi criado e separado em duas sessões, a feminina e a masculina, conforme aconselhamento do reverendo bispo da diocese, Monsenhor Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, como anunciou o Correio Paulistano em 1895. Existia ainda, a ideia inicial da manutenção da secção feminina junto “à capella de São José, nos arredores do Ypiranga”, e de construir a secção masculina, destinada ao sexo masculino, na Vila Prudente, “onde o reverendo padre Marchetti já escolheu o terreno, que é um dos mais apropriados e que oferece uma esplendida vista para o centro da cidade”.

A sessão masculina ficou a cargo de padre Marchetti e a feminina destinada às “Servas dos Órfãos e dos Abandonados no Exterior” ramo feminino dos missionários de São Carlos de Borromeu, os scalabrinianos. A princípio com a direção de senhora Carolina Marchetti, mãe do padre Marchetti, nomeada como primeira diretora das “Servas” ou “Colombinas” em seus primeiros anos, como foi explicado por Bondi (2011, p. 76). Em seguida, esse cargo foi transmitido para Madre Assunta Marchetti, irmã do padre Marchetti. As madres cuidavam das

meninas e das crianças muito pequenas dos dois sexos, como foi descrito por Signor (1986, p.172).

As crianças recolhidas ao orfanato provinham de diversas situações: poderiam fazendas do interior do Estado; eram encaminhadas pelas autoridades policiais ou eram trazidas do porto de Santos, por terem desembarcado sem a presença de um dos pais.

Quando vinham do interior do Estado eram trazidas pelo próprio padre Marchetti, que fazia visitas religiosas aos colonos trabalhadores nas fazendas e aos núcleos coloniais. Quando eram encaminhadas pelas autoridades policiais, eram designadas por juízes a permanecerem nestas instituições por estarem nas ruas, ou por estarem vivendo em condições desumanas. E, quando eram trazidas logo após o desembarque no porto de Santos, era porque padre Marchetti esperava os navios com imigrantes e os recebia no desembarque, como foi relatado por Bove & Bellinato (2003), caso ocorresse algum caso de orfandade na travessia, o padre se dispunha a cuidar das crianças.

As crianças recolhidas no orfanato normalmente estavam em condições higiênicas deploráveis, como foi descrito por Bondi (2011, p. 73). Elas eram “trazidas das fazendas por padre Marchetti, as pobres crianças chegavam ao Orfanato com um aspecto miserável: a cabeça provocava repulsa, mãos e pés adormecidos pela quantidade de parasitas que deformavam os pequenos dedos. Limpar essa ‘sujeira’, eram cobertas de farrapos.” As crianças eram recolhidas e aprenderiam a ler e, ainda teriam algum ofício, para quando saíssem da instituição.

Em notícia do *Correio Paulistano* de 1896 soube-se que os órfãos já produziam pães diariamente para consumo próprio e para o *Hospital da Misericórdia*, da cidade de São Paulo. Ainda era uma ‘produção modesta’, como narrou o texto, mas deveria ser ampliada a medida que os órfãos demonstrassem mais prática para o trabalho. Muitas instituições e escolas incentivavam o aprendizado de ofícios para crianças e jovens que eram órfãos. Porque o trabalho infantil, para a elite, era entendido como uma maneira de “evitar e conter” o excesso de crianças nas ruas, que era “o lócus da mendicância, da vadiagem, ambiente farto em oportunidades no terreno das infrações e do crime, em estímulos para além das fronteiras da legalidade”, como apresentou Moura (2018, p.41).

Mesmo com frequentes listas de doações publicadas em diferentes periódicos, o orfanato continuava precisando de verbas para a conclusão das obras e a manutenção das crianças. Em matéria do *O Estado de S. Paulo* em 1901 ainda pôde-se ler que a construção do edifício não foi completada, as oficinas não foram totalmente instaladas. Faltavam móveis, camas, as crianças dormiam juntas em uma cama, o orfanato “não tem roupas de cama, nem roupas com a que vestir os internados”.

A prefeitura contribuía com a isenção de algumas taxas municipais, nesses anos iniciais do século XX, instituiu um subsídio. E, de acordo com Sposati (2002, p.72) passou a “distribuir auxílios anuais a entidades assistenciais, isentando-os das taxas municipais, e criando uma taxa da caridade associada aos jogos, reproduzindo o padrão em que a benemerência era álibi da transgressão”. Estão listadas abaixo as escolas e instituições que receberam a subvenção da prefeitura no ano de 1907, com o total de alunos matriculados durante o ano. Verifica-se que eram as mesmas instituições e escolas que continuaram a oferecer seus serviços nos últimos anos na cidade, a maioria delas pertencentes a ordens religiosas, excluindo-se o *Lyceu de Artes e Offícios*; o *Orphanato de Santa Anna* e o *Abrigo Santa Maria*, sendo os dois últimos privados.

QUADRO 4: Escolas e institutos subvencionados pelo governo do estado de São Paulo

Nº	Instituição	Sexo	Formação	Inscritos
1873	Lyceu de Artes e Offícios	Masculino	Profissional	1440
1885	Lyceu Sagrado Coração de Jesus	Masculino	Profissional	698
1894	Externato Casa Pia de São Vicente de Paula	Masculino	Assistencial	120
1896	Asylo de Orphãos Desamparados Nossa Senhora Auxiliadora do Ypiranga	Masculino	Assistencial Profissional	50
1890	Instituição da Sagrada Família do Ypiranga	Feminino	Assistencial	30
1892	Orphanato de Santa Anna	Feminino	Assistencial	49
1892	Abrigo Santa Maria	Masculino Feminino	Assistencial	96
1895	Orphanato Christovam Colombo do Ypiranga e Villa Prudente de Moraes	Masculino Feminino	Assistencial Profissional	187 meninos 76 meninas
1897	Asylo do Bom Pastor	Feminino	Assistencial	96
1897	Casa da Divina Providência da Mooca	Feminino	Assistencial	58

Fonte: SÃO PAULO. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1910

Considerações finais

A quantidade de crianças estrangeiras e nacionais, órfãs ou abandonadas nas ruas da cidade foi muito grande nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, em função das mudanças estruturais que a cidade sofreu com a chegada de muitos novos habitantes. A criação de asilos específicos para abrigar crianças muito pequenas era necessário, como também as instituições profissionais para as crianças maiores de 7 anos. A questão é que nem sempre as instituições tinham vagas suficientes para todos os necessitados, muitas crianças permaneciam nas ruas. O orfanato católico assistencial e profissional scalabriniano assumiu a função assistencial de abrigar os pequenos dos dois sexos e a função profissional, quando tivessem a idade devida, neste mesmo momento, os salesianos tinham um asilo com as mesmas funções, mas que atendia somente o sexo masculino.

O orfanato do bairro do Ipiranga teve muitos obstáculos a superar, em sua construção e na incessante busca de padre Marchetti para as doações. Mesmo com todas as intempéries, conseguiu ser inaugurado no mês de dezembro de 1896, o mesmo mês em que ocorreu o falecimento do padre. A doença existia havia alguns meses, foi contraída quando viajava para o interior para visitar os paroquianos. Sua morte foi uma imensa comoção, muitos periódicos da cidade dedicaram matérias amplas sobre a missa na catedral da Sé, o cortejo e o enterro. Alguns escreveram sobre a multidão de pessoas que acompanharam o enterro e outros transcreveram o discurso da missa, dificilmente a cidade teria um padre tão dedicado às crianças como este.

O papel de seu sucessor padre Faustino Consone foi penoso, teve de assumir o lugar de um “homem-santo”, como os próprios periódicos descreveram. As doações não eram mais contínuas, padre Consone passou a publicar pedidos de doações nos periódicos, em formatos de cartas – sempre com o mesmo texto, explicando aos leitores do jornal quais eram as condições do orfanato e os motivos pelos quais necessitava de doações. E, ao que parece, essas ações surtiram efeito nos primeiros anos, porque em 1904 foi inaugurado o edifício das meninas na Vila Prudente de Moraes, com materiais doados pela comunidade e no terreno doado para o padre Marchetti.

Referências

BIONDI, L. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, M. L. T., CROCI, F., FRANZINA, E. (ed.s) *História do trabalho e História da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010, p. 23-48.

BONDI, L. *Madre Assunta Marchetti: uma vida missionária*. Brasília: CSEM, 2011.

BOVE, C. M., BELLINATO, E. G. *Sancti Pauli in Brasilia Beatificationis et Canonizationis Servi Dei Iosephi Marchetti Sacerdotis Professi Congregationis Missionariorum a Sancto Carolo (1869-1896)*. v. 1, v. 2, 2003.

CORREIO PAULISTANO: orgam republicano, 1895, 1896.

CRUZ, H. de F. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: APESP, 2013.

ETCHEBÉHÈRE JÚNIOR, L., MAZZALI, L., VIEGAS, R. Educação e filantropia na cidade de São Paulo, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, um estudo da obra do conde José Vicente de Azevedo no bairro do Ipiranga, Pelotas/RS, *História da Educação*, n. 22, p. 155-181, maio-ago, 2007.

FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 4. ed., São Paulo: DIFEL, 1986.

FRANCESCHINI, M. A. V. de A. et al.. *Conde José Vicente de Azevedo: sua vida e sua obra*, 2. ed., São Paulo: FUNSAI, 1996.

MIMESSE, E. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de primeiras letras ao grupo escolar*. 2.ed. Jundiaí/SP: Paco, 2013.

MOURA, E. B. B. de. A História sem as crianças e as crianças sem História: por que o trabalho infantil? In: LIONETTI, L., COSSE, I., ZAPIOLA, M. C. *La historia de las infancias en America Latina*, Tandil, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018, p. 33-46.

O ESTADO DE SÃO PAULO: jornal diário, 1895, 1896, 1901.

PEREIRA, R. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo, Editora da UNESP, 2010.

PRADO, E. M. O convívio concomitante e frugal das escolas elementares públicas e privadas paulistanas. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 58, p. 183-198, out./dez, 2015.

SANTOS, J. V. dos. *As contribuições de Horace Lane na instrução pública paulista (1890-1910)*, [Dissertação], Marília, UNESP, 2011.

SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século In: PRIORE, M. del (ed.) *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 210-230.

SÃO PAULO. *Código de Posturas do Município de São Paulo*, 06 out. 1886.

_____. *Decreto n. 847*, 11 out. 1890. Código Penal. Coleção de Leis do Brasil, Fasc. X, 1890.

_____. *Lei n. 844*, 10 out. 1902. Autoriza o governo a fundar um instituto disciplinar e uma colônia correccional. Diário Oficial do Estado de S. Paulo, 14 out. 1902.

_____. *Regulamento da Instrucção Publica da Provincia de S. Paulo*, 1869.

_____. *Lei n. 1.184*, 3 dez. 1909. Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, São Paulo, Typ. Diario Official, 1911.

_____. *Relatorio apresentado à Assembléia Provincial de S. Paulo pelo presidente da província*, Laurindo A. de Brito. Santos Typ. A vapor do Diario de Santos, 1880.

_____. *Anuario do Ensino do Estado de S. Paulo*: Inspectoria Geral do Ensino. São Paulo, Typ. A. Siqueira & C., 1907-1910.

_____. *Escritura de Doação entre Partes*, de 20 abr. 1928. Tabelião de Notas da Comarca da Capital, São Paulo, 1928.

SIGNOR, L. M. *João Batista Scalabrini e a imigração italiana: um projeto sócio-pastoral*. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

SOUZA, M. C. C. de, HILSDORF, M. C. C. de. Entre oligarquias republicanas e igreja ultramontana, um olhar para os esquecidos: José Vicente de Azevedo e a educação das meninas negras. In: ROCHA, H. H. P. (ed.) *Personagens, estratégias e saberes na construção da escola brasileira*. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2006, p. 57-70.

SPOSATI, A. Parceria da Igreja com o poder público, In: SEMINÁRIO DA CARIDADE. *Presença da Igreja na Cidade de São Paulo: ação social e testemunho de caridade e solidariedade*. São Paulo: Loyola: CCSC, 2002, p. 71-86.

Recebido em: 25/05/2020

Aprovado em: 25/06/2020